


A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural

Paul Claval

Sorbonne-Université.
Paris. França

p.claval@wanadoo.fr

 0000-0002-8199-6182

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 26 • nº 2 (2022)

ISSN 2179-0892

e-200518

Como citar este artigo:

CLAVAL, P. A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural. **Geosp**, v. 26, n. 2, e-200518, ago. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/200518>. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.200518.pt



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural

Resumo

Esta é uma reflexão pessoal sobre o papel da cultura na geografia. Ela era importante já nas primeiras fases da geografia humana (a geografia clássica e a Nova Geografia dos anos 1950), mas as abordagens funcionalistas que predominavam na época limitaram sua expressão. Graças às iniciativas de diferentes grupos de geógrafos, o escopo da disciplina foi ampliado após os anos 1970: no final da década de 1990, essa mudança foi reconhecida como a virada cultural da geografia. De um lado, havia os desenvolvimentos estruturalistas e pós-estruturalistas; de outro, a abordagem cultural. Para mim, o último não sofreu as mesmas limitações que os primeiros.

Palavras-chave: Geografia cultural. Geografias pós-estruturalistas. Nova geografia. Geografia crítica.

Poststructural geography and the cultural approach

Abstract

This paper is a personal reflection on the role of culture in geography. It was already important in the first phases of human geography (classical geography and the New Geography of the fifties), but the predominant functionalist approaches limited its expression. Thanks to the initiatives of different groups of geographers, the scope of the discipline was enlarged after 1970s: this transformation was characterized in the late 1990s as the cultural turn of the discipline. It was exemplified by the structurationist and poststructuralist developments on one side, the cultural approach on the other. For me, the last one does not suffer from the same limitations than the formers.

Keywords: Cultural geography. Poststructuralist geographies. New Geography. Critical geography.

L'approche culturelle en géographie

Résumé

Ce texte est une réflexion personnelle sur le rôle de la culture en géographie. Celui-ci fut important dès les premières phases de la géographie humaine (géographie classique et Nouvelle Géographie), mais les approches fonctionnalistes alors dominantes limitaient son expression. Grâce aux initiatives de divers groupes de géographes, le champ de la géographie s'élargit après 1970: cette transformation fut qualifiée à la fin des années 1990 de tournant culturel de la discipline. Il fut illustré, d'un côté, par les développements structurationnistes et post-structuralistes, et de l'autre, par l'approche culturelle. Pour moi, cette dernière ne souffre pas des mêmes limitations que les deux autres.

Mots-clés: Géographie culturelle. Géographies post-structuralistes. Nouvelle géographie. Géographie critique.

Mais do que uma conferência acadêmica, esta comunicação traz uma reflexão pessoal acerca do papel da cultura na geografia humana.

A história das formas modernas da geografia humana tem 140 anos. Vivi-a como testemunha e até certo ponto como ator desde os anos 1950; há 70 anos, portanto. Sempre tive muitos interesses na geografia, mas desde o início a cultura se destacava. Esse atrativo tornou-se dominante há 40 anos.

Anne Buttimer nomeou a nova Comissão criada pelo IGU em 1996 como “A abordagem cultural na geografia”. Presidi essa Comissão durante oito anos e estou convencido de que seu título mostrava perfeitamente por que a cultura é tão importante na geografia.

O objetivo deste artigo é evidenciar as diferenças entre as abordagens desenvolvidas na geografia humana até os anos 1960 ou 1970, e aquelas que as substituíram após a virada cultural da disciplina. A análise das antigas vertentes da geografia humana será curta e, conseqüentemente, esboçada, servindo-nos apenas para sublinhar a recente transformação da geografia.

As primeiras formas da geografia humana, da cultura e da abordagem funcional

Os primeiros representantes da geografia humana tinham um interesse restrito por outras ciências sociais. Escolhiam as ciências físicas e naturais como modelos epistemológicos e tentaram desenvolver uma abordagem rigorosa: daí sua proibição da subjetividade, a curiosidade limitada pela imaginação humana e uma ênfase na racionalidade das escolhas humanas. Nesse contexto, o espaço geográfico foi concebido principalmente como sendo feito de rochas, solos,

vegetação, animais, seres humanos, de campos e culturas cultivados, dos bandos e rebanhos que criavam, dos artefatos que usavam e das casas que construíam.

Dos assentamentos humanos à atividade e cultura humanas

Tomados como um dado básico da presença humana na superfície terrestre, os assentamentos humanos e o uso da terra foram investigados pelos geógrafos (Brunhes, 1910). Logo acrescentaram a esse campo inicial a análise das populações humanas e suas atividades. A disciplina estudava as ferramentas que usavam, os artefatos que produziam, as casas que construíam, os ternos que usavam, as línguas que falavam e as instituições políticas e administrativas em que confiavam. Os geógrafos observaram esses fatos ao fazerem trabalhos de campo; também aproveitaram publicações feitas por antropólogos, sociólogos, historiadores, linguistas e cientistas políticos, e buscavam estatísticas publicadas por serviços públicos.

As populações humanas tinham maneiras específicas de usar e ocupar as terras, com claro impacto nas paisagens. As áreas onde as pessoas compartilhavam o mesmo gênero de vida ofereciam formas análogas de uso da terra: apareciam como *regiões homogêneas*.

A cultura era, assim, central para a nova geografia humana; era precípua para Friedrich Ratzel (1885-1888), Eduard Hahn (1896), Paul Vidal de la Blache (1922) ou Carl Sauer (Leighly, 1973). Ao mesmo tempo, não desempenhava papel essencial nas explicações. Esse paradoxo me perturbava já nos anos 1960. O fato tinha a ver com a abordagem predominante tanto na geografia clássica quanto na Nova Geografia dos anos 1950-60: a abordagem funcional.

A abordagem funcional

A geografia humana em sua forma clássica, bem como a Nova Geografia, baseava-se numa abordagem funcional: os seres humanos faziam escolhas racionais; tentavam potencializar sua utilidade. Foi a partir destes tipos de escolhas, e dos mecanismos sociais que asseguram a sua coerência, que o mundo teria sido moldado.

Os geógrafos pouco atentavam à imaginação ou à sensibilidade dos seres humanos. Já eram conscientes da variedade de características culturais dos lugares, mas, como se preocupavam principalmente com suas formas materiais, essa curiosidade não mudava sua abordagem funcional dominante.

As duas primeiras orientações da geografia humana (a abordagem clássica e a Nova Geografia dos anos 1950-60) naturalizaram o mundo e tomaram apenas uma parte do que compõe as capacidades humanas. Ambas integraram principalmente as características fisiológicas, o metabolismo e a marca ecológica humana; analisavam a maneira como se explorava o meio ambiente, produzia-se bens, como esses eram consumidos ou trocados; não se aprofundava no assunto da sensibilidade e imaginação humanas. No início dos anos 1970, alguns novos geógrafos chegaram a considerar que a geografia cultural viria a desaparecer graças ao progresso das interpretações teóricas sobre as decisões racionais humanas.

A virada cultural: um movimento coletivo

Duas interpretações que tomam a superfície terrestre como transformada pelos seres humanos são possíveis: (i) para alguns geógrafos, ela é feita de uma coleção de elementos e seres selecionados de acordo com sua utilidade, o que significa que resultam de decisões racionais; (ii) já para outros, essa coleção provém de escolhas feitas de acordo com hábitos e valores do grupo (a cultura), o que significa que um observador é incapaz de prevêê-los. A virada cultural foi consequência de uma mudança fundamental da primeira para a segunda interpretação: o papel do geógrafo não era mais o de olhar para o mundo tal como Deus, mas analisar a maneira como indivíduos e grupos o observavam, imaginavam, concebiam e tentavam moldá-lo de acordo com seus interesses e ideais. A virada cultural conduziu assim a uma extraordinária dilatação do propósito da geografia e despertou um novo interesse pelas formas como as pessoas percebem o mundo. Os seres humanos deixaram de ser concebidos como sendo naturalmente providos de uma mente racional. São decerto moldados pelas sociedades a que pertencem graças à cultura que herdaram.

A virada cultural foi o termo cunhado no final dos anos 1990 para resumir as transformações que a geografia experimentou a partir do final dos 1970. Não resultou de uma forma particular de orientação geográfica. Foi o resultado compartilhado de uma multiplicidade de movimentos: a geografia radical, a abordagem fenomenológica ou geografia humanista, a teoria dos sistemas, bem como os movimentos estruturalistas e pós-estruturalistas.

O alargamento do campo geográfico

A abordagem funcionalista tentou explicar a forma como as sociedades subsistiam principalmente a partir de uma perspectiva econômica. Ela enfatizou as atividades produtivas. Considerava também as relações de poder, mas apenas as relativas aos Estados, a sua política de dominação e a seus exércitos.

A geografia humana interessava-se principalmente pelos homens, uma vez que eram os encarregados das tarefas produtivas, enquanto as mulheres das de reprodução, o que soava menos importante. A atenção foi centrada em adultos do sexo masculino. Eram entre eles que os exércitos, responsáveis pela pujança das nações, foram recrutados.

Os geógrafos se concentraram em produções comerciais e negligenciaram a autoprodução, mesmo que esta fosse dominante em muitas partes do mundo. O intercâmbio comercial só foi plenamente desenvolvido nos países industrializados: como consequência, brancos tiveram mais acesso que outros à educação. Negros, indígenas ou chineses, trabalhando em suas em plantações tropicais, eram apenas mencionados.

A geografia lida hoje com um campo profundamente ampliado. O rompimento com o funcionalismo perturba a velha concepção da geografia. Mulheres, crianças e idosos são hoje considerados tão importantes quanto adultos do sexo masculino. E despertam grande curiosidade os grupos dominados, abandonados ou estrangeiros. O mundo emergente agora é tão valorizado quanto as sociedades ocidentais.

Interessada principalmente em atividades produtivas, a geografia de outrora ignorava os períodos em que a vida econômica era afetada por catástrofes climáticas, crises cíclicas ou guerras. A geografia política lidou mais com a diplomacia e a construção do império do que com conflitos militares. A profunda pobreza de populações inteiras foi considerada um elemento pitoresco de muitos países estrangeiros.

Já a geografia contemporânea estuda a metade feminina da humanidade, as idades desprezadas, pessoas improdutivas, vítimas de exclusão social ou os encarcerados. Estão incluídas agora tanto as áreas onde as sociedades são tomadas como normais quanto a *heterotopia*, esses contraespaços de que necessitam, mas onde as regras normalmente impostas a todos não são, na verdade, aplicadas. Está igualmente interessada tanto na prosperidade como na pobreza. Para os períodos de fortuna, a geografia opõe os tempos de estafa e ruína; ela lida com a morte e com as diferentes maneiras pelas quais essa é institucionalizada.

Assim, esse âmbito alargado da geografia abrange todos os aspectos da vida e da cultura dos grupos humanos. A dimensão racional do pensamento não desaparece, mas torna-se apenas uma faceta da atividade cerebral. Uma atenção igual é dedicada à exploração dos imaginários, sua variedade, às preferências por eles criadas e aos ambientes que ajudam a moldar. Até as análises dos banquetes e do lazer, e a criação e gestão de cenários, somam-se a das atividades produtivas.

O estudo das representações, da imaginação e dos imaginários

O alargamento da disciplina conduz a uma nova ênfase nas representações. Tanto o pós-estruturalismo quanto a abordagem cultural lidam com aqueles que nasceram de uma percepção sensível do meio ambiente e das imagens e narrativas que ele estimula. As paisagens se relevam ou agradáveis ou banais. Frequentemente evocam outros lugares e outros momentos. Algumas são coloridas com alegria, felicidade e de uma sensação de realização. Já outras despertam sentimentos de melancolia, nostalgia ou medo. Os sonhos as mudam, amplia alguns lugares, os tornando desejáveis ou carregados de terror, e lhes conferem o charme amedrontador do sublime. As imagens provocam reações fortes: uma foto de uma praia de areia branca e palmeiras é suficiente para ensejar o desejo por repouso e ociosidade; já uma visão de longas encostas nevadas nos recorda do prazer de esquiar.

Viajantes e escritores descrevem o mundo e o infundem com sua sensibilidade. Fotógrafos e cinegrafistas escolhem as perspectivas e luzes que ampliam os lugares. O pintor e o romancista contam com os imaginários, e estes inspiram o cineasta. São explorados pelo desenvolvedor de pontos turísticos e do operador turístico que propõe itinerários e estadias adaptadas às preferências de seus clientes. Eles motivam os turistas na escolha de seu destino. O cenário com que as pessoas sonham às vezes é transformado em tijolo e pedra: os filmes de Walt Disney deram origem a Disneylândias e Disneyworlds!

A forma essencial dos imaginários resulta, assim, de um misto de experiência humana do mundo com suas reações afetivas. Isso molda a forma como o mundo é percebido. As pessoas estimam encontrar as formas, as cores, os cheiros e os sons de seus sonhos no que descobrem.

É porque o turismo agora é entendido como aquilo que realmente é – uma forma original de consumir espaço – que as pessoas são capazes de compreender sua gênese e evolução. A obra *Géographies de Gauguin* (Staszak, 2003) ilustra maravilhosamente essa nova abordagem.

Novos modelos de homem

As abordagens funcionais foram dominantes até o final dos anos 1960. Para essa perspectiva, os seres humanos eram naturalmente dotados de razão, o que significava que suas decisões não dependiam das tradições locais: isso dava a mulheres e homens a capacidade de fazer escolhas independentemente das condições locais e de sua própria cultura. Com a virada cultural, essa perspectiva mudou. As capacidades humanas, que seriam a parte herdada, passam a assumir menor importância. O mais importante faz-se aquilo que é transmitido de pessoa a pessoa e de geração a geração: a cultura desempenha um papel central na construção dos seres humanos. O que é assim propagado pode ser dividido em três partes. (i) As práticas e o saber-fazer são amiúde duplicados pela imitação – é a parte não representativa da cultura. E isso foi, por muito tempo, ignorado pelos geógrafos. Nigel Thrift (2007) mostrou sua importância para a disciplina. (ii) A razão é construída pela transmissão de regras de coerência, o que significa que, mesmo que seja levada adiante pela cultura, não varia de uma pessoa para outra. (iii) A imaginação depende da transmissão de informações, mas também do compartilhamento de emoções, o que explica ao mesmo tempo sua fecundidade e variabilidade.

Duas interpretações para esses processos foram desenvolvidas durante a virada cultural: primeiro, a estruturalista seguida pela pós-estruturalista e, em seguida, a abordagem cultural. A diferença entre elas está enraizada em sua interpretação das respectivas dinâmicas de inteligência e imaginação nos processos de transmissão.

Geografias estruturalistas e pós-estruturalistas

Os anos 1960-70 foram a época em que a concepção crítica da ciência deu origem a filosofias desconstrucionistas, uma continuação da escola de sociologia de Frankfurt do período entreguerras. O movimento foi especialmente influente durante os anos 1980, à época do surgimento das geografias pós-estruturalistas, tendo antes tido um impacto no movimento estruturalista, que foi particularmente importante na Grã-Bretanha entre a década de 1970 e meados da seguinte.

O movimento estruturalista

O movimento estruturalista foi inspirado por três fontes principais: (1) a geografia temporal de Torstein Hägerstrand (1970), que apontou a necessidade da geografia e de outras ciências sociais analisarem a dimensão espacial dos processos sociais, (2) a teoria da hegemonia de Antonio Gramsci (1981[1966]), que deu uma dimensão mais social e cultural à geografia do poder, e (3) o interesse de Anthony Giddens (1979, 1981) pelo papel das localidades na gênese das práticas.

Assim, o estruturalismo fez das práticas uma parte central da dinâmica social e introduziu a ideia de que elas eram quase sempre moldadas pela hegemonia das classes dominantes. Essa parte do estruturalismo foi plenamente integrada às visões pós-estruturalistas.

Uma das fragilidades tanto do estruturalismo quanto do pós-estruturalismo veio dessa ênfase nas práticas, e uma relativa omissão do papel das relações institucionalizadas na origem do comportamento social (Claval, 1973).

Pós-estruturalismo e geografia

A interpretação pós-estruturalista atenta ao fato de que a transmissão de culturas é condicionada por aqueles que difundem as informações: servem como modelo em casos não representacionais; suas narrativas são organizadas de tal forma que encapsulam elementos que conduzem a sua reprodução automática.

Michel Foucault e as formações discursivas

No caso dos discursos, a principal autoridade foi Michel Foucault (1966, 1970). Sua tese foi edificada sobre a convicção de que a construção do conhecimento é um processo de três etapas: (i) cada tipo de linguagem impunha uma categorização da realidade por meio das palavras que usava, (ii) o nível intermediário, geralmente ignorado por cientistas sociais, foi o momento em que o poder e a razão cooperavam para formular explicações grosseiras e (iii) o terceiro nível era o científico, quando a razão se tornava dominante e apresentava explicações coerentes e rigorosas.

O autor chamou de *episteme* os discursos produzidos no nível intermediário, em *As palavras e as coisas* (Foucault, 1966), e depois os chamou de *formações discursivas* em *A arqueologia do saber* (Foucault, 1970); realçou que elas incluíam elementos que designou como *enunciados* (*énoncés*), que tinham a propriedade de ser automaticamente duplicados quando passados de uma pessoa para outra. Isso significava que os grupos que produziam e difundiam formações discursivas também as impunham a todos os destinatários.

Edward Said (1978) desempenhou um papel fundamental na difusão das ideias de Foucault: seu livro sobre o *orientalismo* assegurou seu êxito universal.

Pierre Bourdieu e o *habitus*

Para formas não representacionais de transmissão, Pierre Bourdieu usou uma noção introduzida por Aristóteles e avançada por Tomás de Aquino, nomeando-a de *habitus*; ideia que foi introduzida na sociologia francesa por Émile Durkheim no início do século XX. Pela educação e por formas posteriores de relações sociais, as pessoas integram em sua personalidade hábitos e reflexos que as fazem agir por meio de padrões inconscientemente importados.

Uma vez que o *habitus* era transmitido pela educação e pela imitação de adultos por crianças, normalmente não era claro que se tratava de uma imposição de fora. O processo de incorporação era inconsciente: os indivíduos consideravam que suas crenças eram pessoais,

quando, de fato, eram produzidas pelos grupos dominantes. A dominação era assim assegurada por um processo inofensivo e silencioso.

Em vez de conceber os indivíduos como seres naturalmente dotados de razão, o que significava defender que suas características eram as mesmas em todos os lugares, os geógrafos pós-estruturalistas viam neles o produto de um processo hereditário que os equipava com reflexos, técnicas, saberes e crenças gerados pelos grupos dominantes. Os indivíduos receberiam, nessa perspectiva, símbolos e experiências emocionais que nutrem sua imaginação e dão origem a imaginários compartilhados.

Dos processos de identificação/diferenciação às matrizes de dominação

No entendimento pós-estruturalista, a identidade do ser humano não decorre de diferenças em sua dotação natural: trata-se de uma construção social. As pessoas se aproximam de um grupo e, procurando ser aceitas por ele, sublinham suas diferenças com os outros. Esse processo é cumulativo. No fim, outros são muitas vezes privados de sua humanidade...

Quando dois grupos distintos gozam de posições semelhantes na hierarquia social, o processo de identificação/diferenciação é simétrico. Quando ocupam posições desiguais, os grupos superiores formulam ideias e sentimentos, impondo-as aos grupos inferiores pela difusão de *formações discursivas* e do *habitus*. E essas *matrizes de dominação* têm suas raízes em diferenças de raça, gênero e classe¹ (Staskak; Debarbieux; Pieroni, 2017).

As geografias pós-estruturalistas insistem, assim, nos processos de dominação que trazem vantagens (i) às civilizações, capazes de desenvolver armas militares e de propaganda – o que representa o mundo ocidental sobretudo desde o Renascimento, (ii) aos homens, que subjagam e exploram as mulheres desde o início da humanidade graças aos sistemas patriarcais que construíram e (iii) aos inovadores, que impulsionaram as revoluções industriais dos séculos XIX e XX e impuseram a supremacia dos capitalistas a outras classes.

A dominação resulta do uso da força e da restrição física, do controle dos *meios* de produção e, em grande parte, dos efeitos performativos das narrativas engendradas pelos grupos dominantes.

Essas geografias desconstroem a base do sucesso ocidental ao mirar nas formas de exploração nas quais se baseava.

A dimensão revolucionária do construtivismo

A interpretação dos seres humanos desenvolvida pelo pós-estruturalismo é construtivista: os corpos humanos são concebidos como suportes das realidades sociais. Indivíduos não existem sozinhos. Sempre refletem influências externas. O que significa que o Mundo humano é convencional. Tal como existe hoje, reflete o domínio e o poder das minorias que o moldaram para explorar, em benefício próprio, a maioria dos seres humanos.

¹ Para uma visão crítica, ver Claval (2022).

Como resultado, muitos geógrafos contemporâneos se veem como agentes de uma nova revolução. Seu objetivo é construir uma sociedade mais igualitária e respeitosa com a natureza. Eles tentam libertar os seres humanos da desigualdade de classes, das correntes raciais e das categorias de gênero impostas pelas sociedades patriarcais: assim, as geografias *queer* são instrumentais na construção de ambientes sociais voltados à libertação sexual.

Nesse sentido, as geografias pós-estruturalistas são concebidas como uma ferramenta para fomentar um mundo melhor.

Geografias subalternas

O movimento pós-estruturalista não se baseia apenas na desconstrução de geografias dominantes. Explora processos e realidades espaciais que foram ignorados até há pouco tempo. Nas ex-colônias, os geógrafos se concentraram no papel dos colonizadores e das elites locais que com eles cooperavam. Na Índia, por exemplo, um movimento voltado a analisar os grupos nativos considerados inferiores, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, se desenvolveu a partir dos anos 1960. Era uma tarefa difícil, posto que os censos oficiais não se centravam nesses atores. Alguns arquivos existiam, no entanto, e debruçando-se sistematicamente sobre eles, foi possível construir outra interpretação das sociedades coloniais. Estudiosos indianos começaram a falar em estudos subalternos.

São estudos que não abordavam as sociedades a partir de cima. Começam de baixo para cima. Enfatizam o papel dos camponeses, trabalhadores manuais, vendedores ambulantes, pequenos comerciantes; exploram os tipos de troca e diferentes formas de solidariedade econômica. E se interessam por movimentos religiosos. Logo, analisam o sincretismo resultante das relações entre crenças, religiões ou ideologias nativas e importadas. Já na América, essas geografias subalternas concentram-se nas diferentes formas de cultos afro-americanos, oferecendo uma interpretação das sociedades e organizações espaciais que enfatiza a inventividade de seus estratos inferiores e médios. Não deixam de sublinhar as formas de resistência passiva à ordem dominante. E insistem na resiliência do meio popular.

O espaço das geografias pós-estruturalistas

Os geógrafos pós-estruturalistas propõem uma nova concepção do ser humano e suas relações ambientais. Não se concentram unicamente em suas atividades produtivas e se abrem mais à maneira como vivem e experimentam seu ambiente. As pessoas são sensíveis à vista, aos sons e cheiros dos lugares onde vivem ou que visitam. Resulta disso que os geógrafos passam a enfatizar o papel da sensibilidade na valorização do espaço.

A partir de então, o espaço é caracterizado pelos *dispositivos espaciais* (*dispositifs spatiaux*) que incorpora. Essa expressão é em certo sentido apenas uma nova maneira de rotular o que antes era conhecido como estruturas espaciais ou regionais. Mas ela aponta algo que é novo e essencial: essas estruturas não são naturais, são feitas pelo homem e concebidas para alcançar objetivos específicos.

Limites da abordagem pós-estruturalista na geografia

○ pós-estruturalismo deve uma parte essencial de seu êxito a sua dimensão crítica. E, como qualquer outra forma de construção teórica, está também submetida ao escrutínio crítico. Os postulados nos quais se baseiam as matrizes de dominações são frágeis. É verdade também tanto para a hegemonia de Gramsci quanto para as formações discursivas de Foucault ou o *habitus* de Bourdieu.

A análise foucaultiana do espalhamento das formações discursivas se baseia nos *enunciados*, nos elementos que estruturaram esses discursos e que explicam como sua organização e conteúdo permaneceram intactas no processo de transmissão. Mas o enunciado é uma noção evasiva. *A arqueologia do saber* é um livro difícil e muitas vezes obscuro. Após 1975, Foucault deixa de ressaltar o papel dos discursos em sua análise do poder, passando a fornecer uma interpretação muito matizada sobre seu papel num livro posterior:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos definitivamente ao poder, nem são colocados em oposição a ele. É preciso admitir um jogo intrincado e instável em que o discurso pode ser concomitantemente instrumento e produto do poder, mas também obstáculo, uma espécie de rolha, um ponto de resistência e ponto de partida para uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe-no ao criticismo e permite barrá-lo (Foucault, 1976, p. 133).

Parece impossível construir uma matriz da dominância acerca de um elemento tão diverso!

○ *habitus* de Bourdieu também pode ser interpretado de muitas maneiras. É verdade que os seres humanos devem a sua educação os sinais que utilizam, os códigos que mobilizam e as atitudes que exibem: tudo provém de sua cultura e expressa sua origem social. Também é verdade que são tão naturalmente transmitidos de uma geração à seguinte que não são percebidos como exógenos. Mas isso significa que eles impedem qualquer tipo de iniciativa individual? Não. Bourdieu é claro sobre esse ponto: sua tradução de *Architecture gothique et pensée scolastique*, de Erwin Panofsky, lhe permitiu descobrir outro aspecto do *habitus*:

Opor individualidade e coletividade para melhor preservar os direitos da individualidade criativa e os mistérios da criação única, é recusar-se a descobrir a individualidade sob o véu da cultura – no sentido do cultivo, de *Bildung* – usando os termos de Erwin Panofsky, sob a forma do *habitus* pelo qual o criador está em débito com sua coletividade e seu tempo, e que orienta e dirige, de forma inconsciente os atos criativos aparentemente singulares (Bourdieu, 1967, p. 142).

Para Bourdieu, o *habitus* não era fundamentalmente um processo que privava o ser humano de sua criatividade: ele a encapsula num quadro social, o que é diferente.

○ O uso da abordagem pós-estruturalista tanto das *formações discursivas* de Foucault ou do *habitus* de Bourdieu foi sem dúvida muito além do que esses autores pretendiam. Esses usos conduziram a uma desconstrução sistemática dos valores fundamentais de muitas sociedades.

Colocou demasiada ênfase nas matrizes de dominação: a perspectiva resultante ofereceu aos pesquisadores a oportunidade de explorar os efeitos de estruturas hierárquicas, formas de poder e controle, bem como as geografias subalternas. Ademais, privou-os da curiosidade de explorar completamente toda a gama de processos de comunicação, identificação/diferenciação e imaginários: como resultado, o pós-estruturalismo ignorou em parte a influência da cultura nas distribuições humanas.

A abordagem cultural pura

A abordagem cultural pura na geografia é semelhante à estruturalista. Ambas participaram da virada cultural da disciplina. Ambas exibem uma nova curiosidade por representações e imaginários. Compartilham um escopo bem ampliado e um interesse por processos culturais, sejam eles de comunicação ou de distinção. O que as distingue é o grau de autonomia que reconhecem nos seres humanos. A abordagem estruturalista enfatiza o papel do controle e da dominação. A abordagem cultural não ignora esses elementos, mas não os crê onipresentes e sendo exercidos em todos os momentos: não podem ser inferidos exclusivamente pela invocação de formações discursivas, *habitus* ou hegemonia intelectual; em cada caso, seu papel deve ser avaliado precisamente.

Processos de comunicação

A abordagem cultural está atenta (i) à influência dos meios de comunicação na comunicação e (ii) à formação de opinião.

(I) Nas sociedades primitivas, a transmissão ocorria diretamente por meio do que se via e se escutava. E esses processos tinham um curto alcance: apenas alguns metros. Assim, todos os elementos de uma cultura eram difundidos dentro de um círculo local.

A situação era diferente em sociedades históricas. A maioria ainda era incapaz de escrever ou ler, o que significava que sua cultura permanecia local: conseqüentemente, as formas cotidianas de vida e as técnicas produtivas mudavam em curtas distâncias. As classes abastadas dependiam parcialmente da comunicação oral, mas até certo ponto eram alfabetizadas. Isso significava que as técnicas sociais e as crenças religiosas que compartilhavam se espalhavam por grandes áreas. Assim, tais grupos impuseram seu poder político e modos doutrinários de religiosidade (Claval, 1980, 2008, 2022; Whitehouse, 2004) às classes mais baixas, mas não lograram se livrar das profundamente enraizadas formas populares de tradição religiosa, mais espetaculares e antigas.

A situação mudou com a imprensa e a crescente alfabetização que ela viabilizava. Mais tarde, as mídias modernas trouxeram outro aspecto a partir de sua capacidade de transferir instantaneamente sons, imagens e filmes a qualquer distância. As culturas populares de antanho foram substituídas por culturas de massa – e, posteriormente, com o advento da *internet* e dos telefones celulares, por uma proliferação de culturas de nicho. Ao mesmo tempo, tal progresso técnico deu às elites um novo domínio dos processos produtivos. As pessoas ficaram sobrecarregadas com informações, sem controle de seu conteúdo: o tempo das notícias falsas.

(2) A comunicação não serviu apenas para repassar informações unilateralmente. Também foi feito de diálogos e da decorrente formação de opiniões compartilhadas ou opostas. Os diálogos eram abertos a todos nas sociedades primitivas, como também o eram aos componentes populares das tradicionais. Quando a comunicação começou a depender da escrita, grande parte dela assumiu uma forma hierárquica, sobrando pouco espaço para o desenvolvimento de uma opinião pública. A imprensa e os serviços de correio mudaram o panorama: as elites intelectuais e políticas discutiam novas ideias em novas salas de chá ou cafés, ou por correio. Essas trocas produziram opiniões compartilhadas (Habermas, 1978). Sua forma e seu conteúdo eram, até certa altura, controlados por editores e editoras para depois ser difundidos por periódicos ou livros. A existência de uma opinião pública desse tipo era uma condição necessária para o bom funcionamento das democracias. Agora, uma vez que os conteúdos das notícias difundidas pelas novas redes sociais escapam de qualquer controle, uma forma mais instável de opinião pública vem se tornando dominante e explica a ascensão das democracias iliberais (Claval, 2020, [no prelo]).

Processos de identidade/distinção e competição por *status*

A abordagem cultural não se limita aos processos de comunicação. Oferece novas perspectivas nos campos da construção da identidade e das formas sociais de competição.

A concorrência social nem sempre tem o objetivo de colocar os membros de um grupo de um lado e os excluídos de outro. Possivelmente ela tende a distinguir indivíduos de dado grupo de acordo com o modo como eles se adaptam a seus valores. Numa sociedade religiosa, é importante viver inteiramente a fé compartilhada e parecer mais caridoso que os outros. Numa sociedade calcada em valores marciais, treinar-se como guerreiro e demonstrar coragem e heroísmo é bom. Numa sociedade artística, é por meio de sua criatividade que alguns escritores, pintores ou músicos superam outros. Num grupo centrado na ciência, é por meio de excelentes resultados no campo da pesquisa que uma mulher ou um homem ganha prestígio.

A concorrência social não se baseia apenas em metas econômicas ou de poder. Objetiva-se ganhar *consideração* dos outros e desfrutar, como resultado, de um *status* desejável. Essa é uma das principais diferenças entre as abordagens pós-estruturalista e cultural. A primeira permanece semelhante às abordagens funcionais, na medida em que salienta principalmente o papel da competição por poder e riqueza. A segunda considera outra forma de concorrência, cujo objetivo não é controlar ou explorar os outros, mas obter seu apoio.

Introduzir nessa discussão um terceiro mecanismo de concorrência social significaria que toda a disciplina deveria ser reestruturada: a concorrência econômica raramente é pura, uma vez que o seu objetivo é muitas vezes elevar seu *estatuto* em vez de gozar de um rendimento mais elevado; uma posição de poder é sempre complexa, uma vez que combina o uso da força, a limitação física e a supervisão de outros, de um lado, e o respeito à *autoridade*, de outro. Como resultado, as divisões sociais não se baseariam apenas na renda e no poder, isto é, em classes socioeconômicas, mas também no prestígio e no estatuto.

○ espaço não é apenas uma *arena* onde as pessoas competem por riqueza ou poder: elas também lutam pela *fama*. ○ espaço deixa de ser analisado apenas em termos de *fertilidade*,

acessibilidade e amenidade. Valoriza-se em termos de *visibilidade* aquela resultante dos contatos diretos e das relações frente a frente, bem como aquela veiculada por textos e imagens escritas e pelas cada vez mais eficientes tecnologias da comunicação.

Imaginários de outros mundos

(1) Os imaginários mostram que a organização espacial não é regida apenas pela competição econômica ou pelo poder político. O espaço é apreciado por sua beleza e harmonia, pela serenidade de muitas paisagens ou pela emoção decorrente da liberação de forças naturais. Valoriza-se por ser moda: é importante morar em alguns lugares e evitar outros pontos, cidades ou regiões. O historiador francês Jules Michelet (1966[1833]) deu assim uma interpretação psicológica da geografia da França do século XIX, com cada região contribuindo por suas virtudes morais para a personalidade do país. Analogamente, Delissen (2004, p. 17-18) ressalta o peso das considerações morais na organização regional do espaço na Coreia pré-moderna.

A abordagem cultural em geografia compartilha com a pós-estruturalista uma curiosidade pela forma como a imaginação transforma as representações das paisagens, das pessoas que as habitam ou as visitam, e de suas atmosferas.

(2) Mas há outra forma de imaginário. Um que não imagina, poetiza nem carrega de emoção a face da terra. É capaz de construir outros mundos. A abordagem pós-estruturalista não se concentra nele, uma vez que não se assenta em evidências materiais.

O espírito humano tem a faculdade de imaginar coisas sem existência material. Sua construção depende tanto de capacidades lógicas, da competência controladora da razão, ou mesmo do poder da imaginação. Os filósofos versam sobre a dimensão transcendental do espírito humano: a metafísica explora o significado dos objetos transcendentais ou imanentes construídos dessa forma. E os geógrafos devem considerá-la, uma vez que essas esferas imaginadas desempenham um papel essencial na organização da atividade humana.

Uma das lições fundamentais da geografia política é a seguinte: uma ideia é ainda mais valorizada quando vem de fontes remotas no espaço ou no tempo (Claval, 1978, [no prelo]). A autoridade das formas espetaculares de religiosidade (mito e religião) estava enraizada no passado distante dos tempos imemoriais (Whitehouse, 2004). A autoridade das formas doutrinárias de religiosidade veio da fonte celestial da Revelação. A autoridade das formas racionais da religiosidade (metafísica) foi associada com a dimensão transcendental da razão humana (Claval, 2022). Daí uma nova forma de religiosidade, de ideologia, surgiu nos séculos XVI e XVII (Claval, 1980, 2008). Suas fontes eram terrenas, mas situadas numa Idade de Ouro de outrora, uma Terra sem o Mal do presente ou uma Utopia do futuro, estando as três fora do alcance dos seres humanos hodiernos; no século XIX, os demais espaços produzidos por mentes humanas ficavam nas dimensões inconscientes da natureza, da economia ou da linguagem.

Os outros mundos estão permeados de valores que não se dão naturalmente na realidade passível de observação. Seu papel é fornecer às sociedades humanas modelos éticos que elas são incapazes de construir a partir da observação de coisas empíricas. É precisamente porque os

seres humanos têm a capacidade de imaginar outros mundos que eles são capazes de construir um espaço social permeado de valores.

O espaço social não é natural. É uma construção social. Ele é construído por meio de ritos e cerimônias que transformam o espaço comum da natureza num espaço valorizado. Os seres humanos que evoluem neste mundo nascem duas vezes: primeiro no ventre da mãe, depois pelo batismo e outros ritos de passagem que os incluem na sociedade. Assim que têm impacto na organização e no funcionamento de uma sociedade, as relações humanas também são institucionalizadas.

É por essa razão que a natureza do espaço social não é a mesma de acordo com lugares ou áreas. Há lugares sagrados ou áreas onde os mundos imemoriais ou celestes do mito ou da revelação invadem a superfície da terra, ou espaço quase sagrado onde a Idade de Ouro, a Terra sem Mal e a Utopia estão de alguma forma presentes. As *heterotopias* de Foucault são incorporadas no espaço social de outro modo: são partes dele, mas se ignoram as regras morais que normalmente são eficazes em todos os lugares.

O imaginário de outros mundos explica como os valores são introduzidos nos assuntos terrestres e criam assim uma esfera social – uma esfera de valores.

É porque vivemos num mundo onde as pessoas atribuem valores diferentes à natureza, às paisagens, às instituições sociais e políticas, que as formas de organização da pesquisa geográfica precisam tomar outro rumo. O que se pede a um geógrafo não é que lance ao meio ambiente ou aos grupos sociais um olhar tão perspicaz como o de Deus. Espera-se que ele possa analisar os olhares que estes últimos lançam em seus arredores, sua região, sua nação e até o Mundo, por meio das populações que estudam. E demanda modéstia: deixa de ser o criador de uma geografia universal; torna-se o tradutor de uma multiplicidade de geografias vividas – que por vezes têm uma dimensão universal.

Tais orientações confirmam que a abordagem cultural abre a nossa disciplina áreas antes reservadas aos filósofos – em particular pelo campo da ontologia.

A dinâmica da realização

A abordagem cultural manifesta um forte interesse na competição por prestígio, muitas vezes baseada na busca de conquistas que são, ao mesmo tempo, sociais e pessoais. Ao competir por *status*, o indivíduo conforma seu comportamento a certo ideal ético e acumula assim um capital moral. Isso confere um significado a sua vida e o orienta em direção a uma meta.

Como resultado, a geografia é em parte moldada pelos esforços das pessoas e seus feitos, que tentam conferir exemplaridade a sua vida: é por conseguinte a soma de uma miríade de realizações individuais.

As marcas geográficas da busca por realização já foram estudadas por geógrafos gregos (Strabo, Denys de Alexandria) guias turísticos (Pausanias) e até por viajantes árabes (Ibn Battuta).

Conclusão

A abordagem cultural tem interesse em todos os processos culturais: sejam os tipificados pelo rigor da razão, sejam os que dependem dos lugares da imaginação e que lançam luz a imaginários de outros mundos. Ela se aprofunda na dimensão moral e normativa do mundo humano que resulta da instituição do cosmos, da natureza, do ser humano, da sociedade, das instituições sociais e do espaço e observa a universalidade desse processo. A construção de outros mundos celestiais ou inconscientes é inerente à capacidade da mente humana e também reflete o papel da comunicação.

A abordagem cultural leva em conta os esforços dos indivíduos e dos grupos humanos para se superarem ou para descontinuar seus instintos profundos. Mostra o papel dos antimundos construídos sobre impulsos reprimidos – e, assim, explica a estrutura das heterotopias.

Também leva em conta a dinâmica das realizações individuais e coletivas. Jamais ignora as dinâmicas de dominação, exploração ou exclusão, que são centrais na abordagem estruturalista, mas questiona sua generalização: desconstrói uma parte de suas pretensões.

A abordagem cultural, enfim, leva a uma reestruturação integral de toda a geografia.

Referências

- BOURDIEU, P. *Épilogue*. In: PANOFSKY, R. **Architecture gothique et pensée scolastique**. Paris: Minuit, 1967.
- BRUNHES, J. **La Géographie humaine**. Paris: Alcan, 1910.
- CLAVAL, P. **Penser politiquement le monde: une approche culturelle**. (No prelo.)
- CLAVAL, P. **Nouvel essai sur l'évolution de la humaine**. Pau, FR: Presses de l'Université de l'Adour, 2022. (Espace, sciences sociales et philosophie.)
- CLAVAL, P. **L'approche culturelle**. Vayrac, FR: Tertium, 2020. E-book.
- CLAVAL, P. **Religions et idéologies**. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2008.
- CLAVAL, P. **Les Mythes fondateurs des sciences sociales**. Paris: PUF, 1980.
- CLAVAL, P. **Espace et pouvoir**. Paris: PUF, 1978.
- CLAVAL, P. **Princípios da geografia social**. Paris: M. Th. Genin et Litec, 1973.
- DELISSIN, A. Frustrations centripètes et pays cachés : retour sur le régionalisme coréen et la question du Cheolla – 1925-1993. **Géographie et Cultures**, n. 51, p. 15-31, 2004.
- FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité**. Paris: Gallimard, 1976. v. I: La Volonté de savoir.
- FOUCAULT, M. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1970.
- FOUCAULT, M. **Les Mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.
- GIDDENS, A. **A contemporary critique of historical materialism**. Londres: Macmillan, 1981.

- GIDDENS, A. **Central problems in social theory**: action, structure and contradiction in social analysis. Londres: Macmillan, 1979.
- GRAMSCI, A. **Cahiers de prison**. Paris: Gallimard, 1981[1966].
- HABERMAS, J. **L'espace public**. Paris: Payot, 1978.
- HÄGERSTRAND, T. What about people in Regional Science?. **Papers of the Regional Science Association**, v. 24, p. 7-21, 1970. doi: <https://doi.org/10.1007/BF01936872>.
- HAHN, E. **Demeter und Baubo**: Versuch einer Theorie der Entstehung unseres Ackerbau, Lübeck: [s.n.], 1896.
- LEIGHLY, J. **Land and life**: a selection of the writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley: University of California Press, 1973.
- MICHELET, J. Tableau de la France. In: MICHELET, J. **Histoire de France**. Paris: Waleffe, Paris, 1966[1833].
- RATZEL, F. **Völkerkunde**. Leipzig, DE: Bibliographisch Institut, 1885-1888. 3 v.
- SAID, E. **Orientalism**. New York: Pantheon, 1978.
- STASZAK, J.-F. **Géographies de Gauguin**. Paris: Bréal, 2003.
- STASZAK, J.-F.; DEBARBIEUX, B.; PIERONI, R. Frontières, identité, altérité. In: STASZAK, J.-F. (Dir). **Frontières en tous genres**: cloisonnement spatial et constructions identitaires. Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes, 2017. p. 15-36.
- THRIFT, N. **Teoria não representativa**: espaço, política e afeto. Londres: Routledge, 2007.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. **Principes de la photographie humaine**. Paris: A. Colin, 1922.
- WHITEHOUSE, H. **Modes of religiosity**: a cognitive theory of religious transmission. Walnut Creek, CA: Altamaria, 2004.

Editor do artigo:

Ricardo Mendes Antas Jr.

Recebido em: 25 jul. 2022

Aprovado em: 5 ago. 2022